

HISTORIOGRAFIA D' ÁFRICA: EVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVOS PARADIGMAS

Bruno Rafael Véras de Morais e Silva

Graduando do 6º período de História pela UPE/FFPNM. Pesquisador do Leitorado Antigo – LA (Linha de Pesquisa: Literatura e Civilização) Orientador: Dr. José Maria Neto.

Prof. Dr. José Maria Gomes de Souza Neto

Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco, Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata, Coordenador do Leitorado Antigo: Grupo de Pesquisa e Extensão em História Antiga.

Palavras Chave: Historiografia, África, Fontes

Neste presente artigo objetiva-se, através das considerações e teorizações de diferentes filósofos, historiadores e pensadores entre os séculos XVIII e XX, traçar uma ligação entre as mudanças teórico-conceituais e mesmo metodológicas sobre a historiografia do continente africano, bem como apontar as transformações e rupturas de paradigmas historiográficos neste processo.

Dentre os principais analisados estão George Friedrich Hegel, Emmanuel Kant, Richard Burton, Joseph Ki-Zerbo, bem como outros historiadores africanos e brasileiros, como Leila Hernandez e Alberto da Costa e Silva. A interligação e historização dos pensamentos e concepções destes diferentes autores se faz significativa à medida que evidenciam a relação entre os seus discursos particulares e os diferentes momentos históricos ao que concernem às diferentes conjunturas políticas, econômicas e mesmo científico-metodológicas.

Os referentes discursos teóricos carregados nas narrativas dos diferentes autores estão inseridos em seus relativos tempos históricos, estes perpassados por uma mentalidade específica. Conhecer o contexto cultural ligado às mentalidades, imaginário, bem como as práticas econômicas e políticas internacionais das diferentes épocas da produção destas obras é de fundamental importância à interpretação e re-apropriação crítica do legado destes autores distintos cronologicamente, teoricamente, ideologicamente e cientificamente ao que concerne a historicidade e historiográfica do continente africano.

África; continente localizado entre os oceanos Índico e Atlântico, banhado-se ao norte pelo mar mediterrâneo, é o terceiro maior da terra, com uma extensão territorial de 30.249.096 km², compreendendo cerca de 25% da área global de terras emersas. Diverso em seus climas e vegetações – dos maiores desertos a exuberantes florestas tropicais –, é igualmente plural em suas etnias e diversidade de povos. Conhecida como o “Berço da humanidade”, foi o local do aparecimento do primeiro *Homo Sapiens* o qual daí, migrou para várias outras regiões do globo. Foi lar de diversas culturas desde tempos antigos, palco de lutas, invenções e intenso comércio

intra e extra-continental. Núcleo do surgimento de antigas civilizações dentre as quais a Civilização do Cuxe, no alto Nilo, onde 3.000 a.C. a atividade agrícola já se fazia sob ajuda de bois domésticos e a Civilização de Nok na forquilha dos rios Níger e Bórnué. Segundo Lambert, *“enquanto povos negros produziam estatuetas de uma rara perfeição naturalista (o que foge, aliás, da tradicional arte negra estilizada), o Egito mal dava seus primeiros passos... e a Europa nem existia!”*. Criações intelectuais, literárias e religiosas, bem como trocas e vendas de mercadorias e pessoas; alianças políticas e pactos internacionais são alguns dos elementos freqüentes ao estudos do passado destes povos e culturas deste continente.

Contudo, apesar de toda essa relevância evidente para a história da humanidade, durante muito tempo, foi negada a este continente, ou pelo menos à maior parte deste, sua historicidade, isto é, sua “capacidade” de possuir uma história. Escrevia George Friedrich Hegel (1770-1831), importante filósofo alemão do século XIX, em sua obra *“Filosofia da História Universal”*, que a a-historicidade da África, decorre, em particular, de duas razões independentes: *“A primeira, pelo fato de a história ser própria de um Velho Mundo que excluía a África subsaariana e a segunda por conceber o africano como sem autonomia para construir a sua própria história”*.

Contudo, esta África genérica e a-histórica, é dividida por Hegel, em sua referida obra, em partes distintas: a setentrional, banhada pelo mar mediterrâneo a qual *“pode dizer-ser que esta parte não pertence propriamente à África, senão à Espanha com a qual forma uma concha”* e a *“África propriamente dita”*, que fica ao sul do Saara. Sobre esta última, diz o filósofo:

“A África propriamente dita é a parte característica deste continente. Começamos pela consideração deste continente, porque em seguida podemos deixá-lo de lado, por assim dizer. Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização. Por mais que retrocedamos na história, acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente. [...] Nesta parte principal da África, não pode haver história”

A partir da leitura deste trecho específico podem se perceber alguns pontos distintos da visão historiografia hegeliana. Primeiro, percebe o continente num perpétuo eterno estado selvagem, *“no qual predomina a natureza”*, negando a existência de cultura ou de história possível aos povos africanos. Segundo, percebe a África como um bloco fechado em si mesmo – *“acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo”* – negando, desta forma, a extensa realização de comércio extra-continentais com a China, Índia ou Península Arábica na África oriental ou a grande quantidade de caravanas

responsáveis por abastecer o centro africano ou mesmo boa parte dos mercados auríferos europeus.

Contudo o contexto no qual estas idéias foram criadas – o século XIX – os mundos asiáticos e africanos encontravam-se sob o domínio colonial da Europa e outros países Imperialistas. Tais idéias foram criadas como justificativa, para a subordinação e submissão destes povos então considerados inferiores, selvagens ou desprovidos de cultura nas mãos das potências européias. Este pensamento etnocêntrico enraizado no inconsciente dos pensadores e filósofos do norte do globo contribui como justificativa moral e até religiosa, para as ações realizadas por estas nações ditas “civilizadas” no restante do mundo. Como fica claro no trecho citado do mesmo livro de Friedrich Hegel:

“Encontramos, [...], aqui o homem em seu estado bruto. Tal é o homem na África. Porquanto o homem aparece como homem, põe-se em oposição à natureza; assim é como se faz homem. Mas, porquanto se limita a diferenciar-se da natureza, encontra-se no primeiro estágio, dominado pela paixão, pelo orgulho e a pobreza; é um homem estúpido. No estado de selvageria achamos o africano, enquanto podemos observá-lo e assim tem permanecido. O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações européias. Devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo o sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano”

Reconhecidamente, a imagem reservada à África designava um espaço assoberbado pela opressão dos elementos naturais, assolado pela indigência cultural e pela inferioridade diante da civilização européia. Nesse recorte, existiam apenas populações destinadas a serem sujeitadas, jamais compreendidas. O Pensamento referente à incapacidade do africano de produzir conhecimento racional ou Civilização – conceito bastante utilizado pelos pensadores deste século – foi subjacente a diversas manifestações intelectuais do mundo ocidental. Esta concepção foi compartilhada, por exemplo, por diversos autores modernos iluministas dentre os quais o francês como Voltaire, o escocês Hume e Kant , mesmo enfatizando a universalidade da razão, negaram aos africanos e a sua descendência a posse de capacidade literária e civilizacional.

O referido filósofo alemão, Emmanuel Kant, importante teórico da “ética” como conceito prático da reflexão sobre a “moral” e defensor da racionalidade como ferramenta essencial à produção do conhecimento, em um livro publicado em 1802, se referia aos africanos ao sul do Saara como “homens que cheiram mal” e têm a pele negra por “maldição divina” .

A atitude do colonizador europeu era a da negação da humanidade dos indivíduos africanos. Ao não se reconhecer nos povos africanos, o europeu, que se supunha ser a essência da

humanidade e da civilização, “*negou a humanidade daqueles bípedes de pele negra*”. Entendia que os negros eram mais um elemento da natureza africana, semelhante aos bichos e rios. O comentário tecido pelo literato Eça de Queiroz, ainda no século XIX, revela claramente esta concepção:

“Em toda a parte onde (o inglês) domine e impere, todo o esforço consiste em reduzir as civilizações estranhas ao tipo da sua civilização anglo-saxônica. O mal não é grande quando eles operam sobre a Zululândia e sobre a Cafraria, nessas vastidões da Terra Negra, onde o selvagem e a sua cubata mal se distinguem das ervas e das rochas, e são meros objetos da paisagem: aí encontram apenas uma matéria bruta, onde nenhuma anterior forma de beleza original se estraga, quando elas a refundem para fazer à sua imagem”.

Como já citado, os europeus haviam iniciado a conquista do continente africano e o domínio de suas populações. Como este domínio carecia destas justificativas morais, além da concepção de que “*a África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios*” esta e outras “*considerações hegelianas forma reforçadas pela aplicação dos princípios de Darwin*”. Richard Burton (1821-1890:50), um dos grandes viajantes europeus na África do século XIX, em seu livro “*Mission to Gelele, King of Dahomey*”(1864) pode se encontrar algumas frases degradantes como “*O negro puro se coloca na família humana abaixo das duas grandes raças, árabe e ariana*” e “*o negro, coletivamente, não progredirá além de um determinado ponto, que não merecerá consideração; mentalmente ele permanecerá uma criança...*”. Ainda que a influência de Hegel na elaboração da história africana tenha sido fraca, a opinião que ele representava foi aceita pela ortodoxia histórica de seu século. “*Na concepção do século XIX, a África não tinha e nem poderia ter história*” Essa opinião anacrônica e destituída de fundamento ainda hoje não deixa de ter adeptos.

O professor A. P. Newton – grande defensor da atividade histórica como uma análise científica e rigorosa de fontes originais e escritas, em 1923, numa conferência diante da Royal African Society de Londres, sobre “*A África e a pesquisa histórica*” expôs que este continente não possuía “*nenhuma história antes da chegada dos europeus (...)* *A história começa quando o homem se põe a escrever*”. Assim, segundo o mesmo, o passado da África antes do início do imperialismo europeu só podia ser reconstituído “*a partir de testemunhos dos restos materiais, da linguagem e dos costumes primitivos, coisas que não diziam respeito aos historiadores, e sim aos arqueólogos, aos lingüistas e aos antropólogos*”. Fica clara, assim, a concepção muito presente tanto no século XIX quanto no XX, de que a história da África só poderia ter início, com a chegada do europeu “civilizado” e da escrita como fonte histórica. Negando, desta forma, as diversas outras possibilidades de fontes históricas e a própria existência de escritas autóctones africanas, além dos *hieróglifos* egípcios, uma das primeiras escritas criadas pela humanidade. Diversos

outros sistemas gráficos ricos em informações histórica tal qual o *meroídico*, o núbio antigo, o *copta*, o *tifinagh* – milenar sistema de escrita milenar utilizado pelos tuaregues, aparentemente derivado do alfabeto púnico de Cartago –, o *ge'ez* – sistema de escrita etíope com símbolos gráfico utilizados nas líguas ahmárico e o tygrinia – e o *bamun* também denominado *Aka Uku*, criado no século XIX pelos administradores do Reino do Bamum na atual República do Camarões. Além de ideogramas estilizados *nsidibi*, inventados pelos *ejagham* da Nigéria e do Camarões.

A construção historiográfica do continente africano estava barrada pelo preconceito e pelo etnocentrismo; Os europeus acreditavam que sua pretensa superioridade sobre os negros africanos estava confirmada por sua conquista colonial. Em consequência disso, em muitas partes da África, especialmente no cinturão sudanês e na região dos grandes lagos, eles estavam convictos de que sua presença no continente tinha como finalidade legar as populações africanas os conhecimentos e a civilização européias.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, mais explicitamente pós década de 1920, um movimento de renovação quanto aos paradigmas, métodos e temáticas históricos inicio-se na França com uma revista intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*. A partir das discussões teórico-metodológicas e conceituais entre diversos intelectuais de diferentes áreas do conhecimento a ciência história iniciou um enveredar multidisciplinar e pluralizante que viria a ser conhecido posteriormente como o movimento dos *Annales*. A partir do “diálogo fluido” – nas palavras de Fernand Braudel –, entre a lingüística, a geografia, a psicologia e a história, novas possibilidades despontavam lentamente sob a forma de novos métodos interpretativos e metodológicos. A extensão à utilização de fontes antes inéditas ao campo historiográfico foi esboçada ao passo que o diálogo multidisciplinar trazia contribuições de diversas outras ciências.

“A mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explora-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia”.

Novas fontes foram descobertas pela historiografia e a interação interdisciplinar com outras ciências possibilitou o surgimento e a utilização de novas fontes de novos tipos. Esta nova perspectiva e estas novas metodologias penetraram também nas construções historiográficas dos pesquisadores da história africana e, novas fontes, muitas originais foram utilizadas. Entre as

novas fontes utilizadas pelos pesquisadores, africanos, ou não, da história da África estão a tradição oral, a lingüística, as fontes antropológicas e etnológicas, além da arqueologia e das fontes escritas. A nova perspectiva possibilitou a valorização de culturas que, mesmo sem registro escrito, deixaram seus vestígios na forma iconográfica, instrumental e artística, o que proporcionou a reavaliação histórica e desenvolvimento de técnicas de pesquisa e interpretação para esse tipo específico de fontes. Com destaque nas fontes de tradição oral, visto as sociedades africanas serem em sua grande maioria sociedades de memória oral muito forte, tendo esta fonte extrema riqueza para o auxílio e efetiva construção historiográfica nestas áreas. *“Indubitavelmente, a tradição oral é a fonte histórica mais íntima, mais suculenta e melhor nutrida pela seiva da autenticidade. ‘A boca do velho cheira mal’ – diz um provérbio africano – ‘mas ela profere coisas boas e salutares’”*.

Num papel central da proteção e projeção desta tradição oral estão os *Griots*. Estes eram e ainda hoje são trovadores, menestréis, contadores de histórias. Segundo Hampâté Bâ: *“animadores públicos”* que com seus instrumentos musicais narravam histórias épicas da fundação de povos e de grandes heróis. Os *griots* resguardam vasto repertório de contos, provérbios e relatos históricos, possuindo um *status* social especial, conferido pela tradição e honorabilidade desde tempos imemoriais. Na África Ocidental, a sua atuação reveste-se de importância primordial em termos de perpetuação da memória. Foi por meio de sucessivas gerações de *griots* que o passado de muitas sociedades do continente foi fixado, em alguns casos remontando a tempos longínquos, um registro prodigioso nos moldes de sua narrativa. *“Sua função é também o desenvolvimento extraordinário de estruturas de mediação que restabelecem a comunicação numa sociedade onde as relações sociais parecem todas marcadas por considerações de hierarquia, autoridade, etiqueta, deferência e reverência”*. E a partir destas “histórias” cantadas pelos *Griots*, usando-se de uma metodologia específica, o historiador pode usá-la como importante fonte na construção historiográfica. Vale ressaltar que a própria nomenclatura: *Griot*, é um nome francês dado aos *diélis*, que em bambara significa “contador de histórias”.

Não obstante, a consciência histórica dos povos africanos era vivente em sua raiz, e assim como os eruditos islamizados de *Tombuctu* se puseram rapidamente a escrever seus *ta'rikh* em árabe ou na língua *Ajami*, no final do século XIX também africanos que haviam aprendido o alfabeto latino, sentiram a necessidade de deixar por escrito a história de seus povos, para evitar que estes fossem completamente tragados pelos europeus e sua história. Por outro lado, certos colonizadores, espíritos inteligentes e curiosos, tentavam descobrir e registrar a história daqueles a quem tinham vindo governar. Para eles, a história africana apresentava um valor prático. Os europeus podiam ser melhores administradores se possuíssem conhecimento sobre o passado dos povos a quem eles colonizavam.

“Além do mais, seria útil ensinar um pouco de história da África nas escolas, cada vez mais numerosas, fundada por eles e seus compatriotas missionários, ainda que fosse apenas para servir como introdução ao ensino, mais importante, da história da Inglaterra ou da França. Isso possibilitaria aos africanos os school certificates e os baccalariats a ser recrutados depois como preciosos auxiliares pseudo-europeus”

Em 1947, quando a *Société Africaine de Culture* em sua revista *Présence Africaine*, empenharam-se na construção de uma história africana descolonizada. Ao mesmo tempo, uma geração de intelectuais africanos que haviam apreendido as técnicas ocidentais de investigação historiográfica começou a definir seu enfoque próprio em relação ao passado africano e a buscar nele as fontes de uma identidade cultural negada pelo colonialismo. A busca de um resgate cultural-histórico pré neo-colonial tornou-se uma constante entre os historiadores recém saídos dos processos de libertação e construção de autonomias nacionais, ou mesmo ainda inclusos nas colônias em processo de independências, *“isso porque a luta contra a dominação colonial inclui também a luta pelo resgate e valorização do passado, de um momento em que os povos africanos tinham uma existência autônoma e independente dos europeus”*

Esses intelectuais ampliaram e refinaram a metodologia histórica desta área, desembaraçando-a de uma série de mitos e preconceitos intrínsecos e subjetivos. “A partir de 1948, a historiografia da África vai progressivamente se assemelhando à de qualquer outra parte do mundo”, a não ser por sua recente idade, aos moldes historiográficos. E a pesar de sua relativa escassez de fontes escrita para certos períodos, lança-se mão de outras importantes fontes como a tradição oral, a lingüística e a arqueologia.

Finalmente, a construção de uma real Historiografia do continente africano é uma iniciativa que deve ultrapassar os objetivos puramente individuais. Porquanto a História africana é necessária à compreensão da História Universal, da qual muitas passagens permanecerão enigmas obscuros enquanto o horizonte histórico do continente africano não tiver sido iluminado.